

O “POMO DA DISCORDIA”: O CONCEITO DE CULTURA E A RELAÇÃO LITERATURA E HISTÓRIA.

Jonas de Mattos Neto¹
Gladyson Stelio Brito Pereira²

Resumo: Esse artigo busca resgatar e analisar as polêmicas teóricas envolvendo o conceito polissêmico de cultura, a partir do universo historiográfico, demonstrando como suas inúmeras versões se desdobram em concepções de mundo muitas vezes antagônicas e que trazem consequências epistemológicas profundas na maneira como pensamos a relação Literatura e História.

Palavras-chave: Cultura, História, Literatura, epistemologia.

Quando da preparação para o casamento entre Peleu, um velho rei grego, e Tétis, uma ninfa marinha, todos os deuses foram convidados a exceção de uma, por razões óbvias: Éris, a deusa da discórdia. Éris enfurecida com o desprezo com que fora tratada compareceu aos festejos matrimoniais e lançou um pomo de ouro com a inscrição: “para a mais bela” em meio a mesa onde estavam as deusas Hera - esposa de Zeus, deusa do casamento e dos filhos, protetora das mulheres; Palas Atenas - deusa da guerra, inteligência, ciência e arte e Afrodite - deusa do amor, sedução e beleza. As três deusas se sentiam dignas de receber o referido pomo e essa disputa acabou sendo encaminhada para Paris, príncipe de Tróia, que ao decidir por Afrodite conquistou a inimizade das outras duas deusas contra seu povo dando origem a guerra que destruiria Tróia. Haveria outro destino possível para Tróia tivesse ele escolhido outra deusa? Dificilmente, Éris plantou a discórdia como só uma deusa o faria.

Assim tem sido com o conceito de cultura um foco de divergências por vezes contrapostas e até rivais, desde seu nascimento até sua incorporação na condição de um conceito ou noção acadêmico. Nesse percurso o conceito de cultura chega a historiografia em particular por meio de uma das vertentes teóricas da antropologia, mais recentemente e em particular da antropologia culturalista de Clifort Geertz; e da lingüística, via “giro lingüístico” em versões como a de Paul Ricoeur. Essa penetração da noção de cultura na historiografia tem sido multifacetada, variando a forma e a dimensão de sua influência de país para país.

¹ Graduado em História/UESB e Mestrando em Antropologia pela UFS.
jonasdematosneto@yahoo.com.br.

² Mestre em História pela UFF. gladymst@yahoo.com.br.



Por via dessas discussões culturalistas, que trouxeram para o centro do debate historiográfico a questão do simbólico e da representação, houve nas últimas décadas uma aproximação ou reaproximação, já que antes do século XIX não havia uma distinção tão clara entre um do outro, da História com a Literatura. Por isso, para aqueles que se interessam pela relação História e Literatura se torna fundamental reconstituir a trajetória desse conceito a fim de conhecer as diferentes concepções em jogo e suas limitações e possibilidades. Inicialmente cabe compreender um movimento que afetou profundamente a forma de pensar a própria história ao acirrar a discussão sobre a narratividade, o texto historiográfico, referimo-nos ao movimento pós-moderno.

Existe já um acúmulo substancial de análises e debates sobre o pós-modernismo e as datas sobre suas origens variam de autor para autor, alguns chegam a afirmar que já ocorreram mais de um “fim da modernidade” e que o pós-modernismo desconhece sua própria história de continuidade e descontinuidades (WOOD, 1999, *passim*). De qualquer forma seus impactos na historiografia foram sentidos a partir da década de 1980 e o que muitos autores salientam é de que o que está em jogo é uma forma específica de pensar e usar o conceito de cultura. Procuraremos resgatar sucintamente o debate já produzido por alguns desses historiadores.

Tanto FACINA (2004) como CARDOSO (2005) fazem um resgate da trajetória do conceito de cultura onde expõem como desde o século XVIII esse termo tomou contornos polissêmicos e que foram variando conforme o tempo e o lugar onde era usado. Interessante é notar as diferenças entre a noção de cultura na Inglaterra, na França e na Alemanha. No Reino Unido, país dividido em quatro etnias, no século XIX a noção de cultura não se vinculou majoritariamente a dimensão coletiva de povo, mas a de um atributo de indivíduos cultos ou instruídos; na França, pátria da Revolução burguesa e do Iluminismo, a noção de cultura concorria com a noção de civilização tendo ambas o sentido de unidade do gênero humano minimizando as diferenças culturais entre os povos, explicadas como reflexo das etapas sucessivas da evolução (selvageria, barbárie e civilização); já na Alemanha reagindo a francofilia da aristocracia no poder, que incorporava a noção universalista de cultura/civilização dos franceses, a burguesia intelectual nas universidades enfatizava uma noção particularista de cultura como espírito ou gênio do povo alemão, noção essa que se desdobrará em duas: na concepção étnica e racial de cultura, aproveitada posteriormente pelos nazistas, e na concepção que nega esse determinismo racial e crê na pluralidade das culturas humanas, essa última visão defendida por Franz Boas que acabará indo se refugiar nos

Estados Unidos, país a partir do qual difundirá esse conceito de cultura que será a base de sua antropologia. Contemporaneamente convivemos com várias noções de cultura que vão desde ambiciosas versões idealistas até versões materialistas simplificadoras.

Na versão idealista a dimensão cultural é supervalorizada, muitas vezes na ânsia de combater um determinismo econômico muito em voga no passado relativamente recente da historiografia (sobretudo, em certas versões reducionistas do marxismo), o que tenderia a um determinismo cultural onde a dimensão cultural ou simbólica subsumiria toda a complexidade sócio, político e econômica das sociedades humanas, tudo seria cultura e nada estaria fora dela, desconsiderando assim o peso das demais esferas do devir humano é negligenciado. Esse hiperdimensionamento da noção de cultura como explicação monocausal que tende a um relativismo extremo é muitas vezes atribuída à perspectiva pós-modernista que já mencionamos.

Esse relativismo extremo tem suas origens, dentre outras origens sociais mais amplas, num fenômeno mais estritamente acadêmico que foi o impacto no conjunto das ciências sociais do chamado “giro lingüístico”, expressão cunhada no início dos anos 1960 por Gustav Bergman, e que pode ser compreendida sucintamente na forma como nos fala Aróstegui:

Em linhas gerais, por giro lingüístico entende-se aquela direção da filosofia orientada para uma atenção primordial à linguagem, quer dizer, orientada para o entendimento e a proposição radical de que todos os problemas filosóficos põem ser reduzidos, transferidos, ao problema central da existência, estrutura e uso da linguagem; que falar e compreender melhor os termos pelos quais falamos dele. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 183).

Numa versão “desconstrucionista” extrema, o pós-modernismo radicaliza as discussões acerca das teorias da linguagem, surgidas a partir do “giro lingüístico”, chegando a uma concepção hermenêutica de cultura que enxerga Sociedade e cultura como instâncias separadas, estanques, ou como nos aponta Wood:

O pós-modernismo tampouco significa apenas que sociedade e cultura são estruturadas de maneiras *análogas* à língua, com regras e padrões básicos que pautam as relações sociais – de modo muito parecido ao como as regras de gramática, ou sua ‘estrutura profunda’, governam a linguagem. A sociedade não é simplesmente semelhante à língua. Ela *é* língua; e, juma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente

externo para o conhecimento existe para nós, fora dos ‘discursos’ específicos em que vivemos. (WOOD, 1999, p. 11)

Assim, nossos padrões de pensamento limitados e modelados pela estrutura subjacente da linguagem reduzindo a todos nós a uma condição de *homo symbolicus*. Nessa concepção a própria condição da língua é negligenciada como um produto social e histórico, como resultante de ações humanas, prenes de inúmeros condicionamentos.

Esse mesmo autor aponta o pós-modernismo como resultante de inúmeros condicionamentos sócio, político e econômicos próprios da segunda metade do século XX, como o advento do capitalismo de consumo de massas, que gerando certa apatia política nas classes populares (tão ativas na virada do século XIX para o XX e na primeira metade do século XX) levou muitos intelectuais de esquerda a apostar no movimento estudantil sustentando uma perspectiva culturalista e por vezes pulverizada de revolução social, assim a visão fragmentada e anti-teórica dos pós-modernos estaria conectada ao advento de um capitalismo fluido e consumista (WOOD, 1999).

No âmbito específico da historiografia CARDOSO cita passagens de dois autores consagrados que assumem explicitamente essa perspectiva dualista de sociedade e cultura em que essa última é privilegiada e vista como determinante invertendo o sinal do determinismo econômico, caro a certo viés reducionista do marxismo.

A relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais para com suas determinações sociais. As próprias representações do mundo social é que são os elementos constitutivos da realidade social.

Da história social da cultura a uma história cultural do social. (...) ...devemos encarar as representações coletivas como matrizes que dão forma às praticas com as quais o próprio mundo social é construído. (CHARTIER, apud CARDOSO, 2005, p 258).

(...) a história cultural, atualmente, não quer ser uma história entre outras(...). Pretende chegar a ser uma explicação mais global. Na realidade, aspira a substituir a história total e ontem. (...) A história cultural não pode pretender destronar a história econômica e social de ontem, anão ser que proponha a si mesma um objetivo similarmente ambicioso. (PROST, apud CARDOSO, 2005, p. 258).

Assim, a produção historiográfica amarrada a um sentido autoreferenciado de cultura fica reduzida ao texto, ao relato, não havendo grande diferenciação entre História e a literatura. A história não pode almejar certo conteúdo de verdade já que é

apenas mais uma representação possível da realidade dentre outras. Caberia ao historiador se preocupar com os aspectos narrativos de seu ofício e se ater menos a preocupação com referenciais externos de comprovação. Alguns já chamaram a atenção para as conseqüências políticas nefastas dessa maneira de conceber a História, basta lembrar aqui de como isso já foi usado pelo movimento neonazista para minimizar ou até negar o holocausto como apenas um discurso!

Nas versões materialistas da relação entre cultura e sociedade encontraríamos pelo menos três formas mais gerais de análise: a teoria dos reflexos, a teoria dos reflexos complexificada (Luckács e Brecht) e percepção de cultura como um dos momentos da prática social humana, da práxis.

Na teoria dos reflexos a cultura apareceria como um espelho das condições materiais de existência, ou seja, da economia, dentro do velho e conhecido esquema da superestrutura que completa a infraestrutura que seria a “base” da sociedade. Se na versão idealista de cultura há uma supervalorização da dimensão cultural humana, aqui na teoria dos reflexos há uma subvalorização dessa esfera do fazer humano que não teria poder algum de influir na história já que subsumida ao econômico.

A teoria dos reflexos complexificada seria fruto de um debate no interior do marxismo cujos dois maiores interlocutores foram Georg Luckács e Bertold Brecht. Sinteticamente nessa versão da teoria dos reflexos a cultura ou mais especificamente a arte seria uma dimensão que, mesmo tendo sua origem na base econômica, adquiriria certa autonomia em relação ao econômico se transformando num elemento com capacidade de intervenção na realidade. Essa versão complexificada da teoria do reflexo se afasta bastante do reducionismo econômico da primeira versão, mas ainda mantém a dualidade cultura e sociedade.

Como exemplo da terceira perspectiva que vê a cultura ou o simbólico como um dos momentos da práxis humana nos remetemos ao texto “língua, história e luta de classes” de McNally (1999) onde esse cientista social sintetiza três proposições iniciais de Voloshinov, linguista russo que viveu em plena efervescência da revolução de outubro. A descrição de McMally sobre concepção da “língua” em Voloshinov exemplifica bem essa concepção do cultural ou simbólico como um dos momentos da prática social humana, como algo vivo, como ação humana inextricável das demais dimensões. Primeiro, que todos os signos são corporificados em formas físicas, são materiais; segundo, só tem significado na interação entre indivíduos, tem natureza

social; terceiro, sendo social para analisar a língua é necessário analisar a “fala”, meio da interação lingüística, a língua viva.

McNally ao explicitar a diferença entre palavra, que tem significados constantes e abstratos tal qual no dicionário, e fala, que varia conforme as intenções, entonações e ênfases nos faz uma sugestiva imagem:

Assim, uma secretária em um grande escritório utilizará com um chefe um gênero de fala inteiramente diferente do que usará ao almoço com um grupo de colegas, ou em uma reunião de sindicato depois do expediente. O primeiro gênero pode ser caracterizado por clara deferência e subordinação; o segundo talvez envolva fala relativamente igualitária, e com ataques bem-humorados a padrões e chefes; e, finalmente, o terceiro contexto tenderá a envolver um discurso de oposição mais codificado, caracterizado por solidariedade (“companheiros”) e resistência aos empregadores. (McNally, 1999, p38)

É significativa para nós essa imagem construída por McNally, pois deixa claras as interseções entre as diferentes dimensões do social humano. De como a condição econômica de explorado e dependente gera uma forma simbólica condizente com a situação e ao mesmo tempo como num espaço social entre iguais viabiliza o gracejo e a condição de organização política um discurso mais preciso, uma fala de rigor solidário. O econômico, o social, o político e o cultural imbricados simultaneamente no devir humano e só separáveis por questões metodológicas de análise, método que deve ser um instrumento auxiliar no processo de compreensão da realidade e não um modelo a partir do qual se entenda a realidade multifacetada e dinâmica.

Essa última postura teórica é a que nos pareça mais viável enquanto perspectiva de análise. Ao tomarmos esse posicionamento estamos nos alinhando a outros cientistas sociais, sobretudo marxistas, que acreditam no real em si e na sua complexidade, que enxergam na dimensão cultural mais uma das dimensões da práxis, da prática social, humana. Buscar dialogar e compreender como as dimensões, cultural, político, social e econômica se articulam em cada caso particular, ou seja, fazer a “análise concreta do caso concreto” é o desafio que consideramos devemos enfrentar no debate sobre literatura e história.

Quando nos debruçamos sobre o dialogo entre a História e a literatura no Brasil, observamos que este remonta ao início do processo de colonização brasileira. As cartas dos viajantes que por sua estrutura tenha muito mais valor documental foram incluídas na literatura e consistem no inicio da Literatura Nacional.

A crítica da literária nacional e a proposta divisão da literatura brasileira em dois tipos desenvolvidos em momentos históricos diferentes - a colonial (séculos XVI ao XVIII) e a nacional (século XIX) ressaltam o necessário entendimento do conhecimento histórico da produção. Como bem observou Durval Muniz em seu livro *História: a arte de inventar o passado*, no primeiro período a Literatura reflete a dominação e o anulamento político e dependência econômica e no segundo momento, uma postura literária influenciada pela autonomia política e a preocupação com a construção da identidade nacional.

Para MUNIZ, o dialogo entre literatura e História é um dos temas mais debatidos pelos historiadores nos últimos tempos. Esse debate principia com as discussões interdisciplinares germinadas pelos representantes da Escola dos Anais:

[...] Desde que o estruturalismo e a chamada virada lingüística colocaram a linguagem e a narrativa no centro das discussões, no campo das Ciências Sociais, os historiadores vem se debatendo com o fato de que utiliza a linguagem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos [...] (MUNIZ, 2007, p 43-44).

Na academia se constituem duas correntes distintas de historiadores, uma que concebe a Literatura como um documento para a investigação e análise histórica, outra que estabelece entre Literatura e História uma articulação.

Para Sandra Pesavento, em seu livro *História e História Cultural*, a diferença fundamental entre Literatura e História é que enquanto a primeira analisa o imaginário, a segunda representa o próprio imaginário.

O narrador historiador é aquele que se vale de provas indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados – que mais do que explicar, operam como recurso de autoridade a fala do historiador. Além disso, o historiador-narrador cita. [...] (PESAVENTO, 2005, p. 50)

Segundo MUNIZ, a diferença central entre Literatura e História está no fato da primeira ficar presa ao momento em que se passou ou que “realmente existiu”. O autor ainda atesta que tanto o discurso histórico quanto o literário são simbólicos, com algumas ponderações:

A história é um discurso que opera com a identidade, com o que já tem nome, com o conhecido, repetindo como dirá Foucault, o ritual interminável do

conhecimento do próprio rosto, encontrando o mesmo onde há o estranho, encontrando unidade onde há dispersão, o território onde há desterritorialização. [...] Na literatura, os acontecimentos ainda não chegam racionalizados, podem vir impressões ou digressões, como expressão de sentimentos e sensações, eles ainda não perderam o perigoso índice da contaminação. (MUNIZ, 2007, p 48)

Destarte, podemos concluir que a literatura está identificada, mas não se limita a isso, com os sentimentos, as paixões, as representações, a poética e as intuições; a História, no entanto, feita com a preocupação da comprovação é a voz da razão, do consciente, da autoridade e da captação.

CONCLUSÃO

O conceito de cultura tem sido nas últimas décadas o “pomo da discórdia” nas ciências sociais, em geral, e na historiografia, em particular. Isso não se deve a alguma natureza sobrenatural ou poder maligno que pudesse possuir o termo, mas a uma condição de pluralidade de posicionamentos intelectuais típico de um capitalismo que se complexou extremamente ao longo do século XX, especialmente, em sua segunda metade.

A multiplicidade de situações e contextos sociais produz um leque extenso de percepções e visões do mundo que se manifestam também no universo acadêmico, nas universidades. O pós-modernismo faz parte desse fenômeno maior da fragmentação social que a terceira revolução tecnológica do capitalismo promove sem resolver as questões sociais candentes como a fome, a moradia, o trabalho e a saúde de milhares de homens e mulheres excluídos do pequeno e sedutor universo de consumo de massas na qual certa boêmia acadêmica se locupleta.

Consideramos que a cultura é uma dimensão humana que não se deve nem se pode negligenciar como algumas vezes se fizeram no passado certos determinismos, mas também consideramos que a pura e simples inversão de sinais colocando a dimensão cultural acima de todas as outras tão danosa a uma análise profunda dos processos sociais quanto os determinismos que a antecederam.

A cultura é um momento do devir histórico humano e está imbricado com todas as demais dimensões desse devir, tanto influenciando como sendo influenciado. Essa reflexão mais ampla se estende para todos os produtos culturais, em específico no nosso caso, também para a literatura que deve ser analisada historicamente referenciada para

além do próprio texto, levando em consideração as condições econômicas, sociais e políticas que confluíram no processo da produção literária. Nesse sentido, literatura não é só texto, também é História.

BIBLIOGRAFIA

- ALBURQUERQUE Junior, Durval Muniz de. **História a arte de inventar o passado: ensaios sobre teoria da história.** Bauru: EDUSC, 2007.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica; teoria e método.** Bauru/SP, EDUSC, 2006.
- CARBONI, Florence e MAESTRI, Mario. **A linguagem escravizada; língua, história, poder e luta de classes.** São Paulo, Expressão Popular, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **História e paradigmas rivais.** In: Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo. Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____, _____. **Um historiador fala de teoria e metodologia; ensaios.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- DOSSE, François. **A História.** Bauru/SP, EDUSC, 2003.
- _____, _____. **História e Ciências Sociais.** Bauru/SP, EDUSC, 2004.
- FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2ª Ed. E 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Introdução, o que é a agenda “pós-moderna”?** In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.